

Sexta-feira, 10-12-93

## POLÍTICA

Arquivo/AE



Ciro: nova legislação.

**Nesta página:** pressões ameaçam impedir a publicação do relatório parcial da CPI, que estava previsto para os próximos dias. PC deverá depor à CPI segunda-feira. **Página 5:** STF julga hoje recurso da OAB contra a convocação de juízes do STJ para julgar os direitos políticos de Collor. **Página 8:** Ciro Gomes e Tasso Jereissati defendem mudanças na legislação para combater a corrupção. **Página 9:** Calim Eid confessa que comandou o esquema Paubrasil. Bancada petista divulgará nota de protesto contra a decisão do partido de boicotar a revisão constitucional.



Collor: STF julga hoje recurso da OAB.

# Pressões criam impasse na CPI

DISPUTA ENTRE PARTIDOS POR CAUSA DO ENVOLVIMENTO DE SEUS PARLAMENTARES PODE INVIAILIZAR INÍCIO DAS CASSAÇÕES

Orcamento



O relatório parcial da CPI do Orçamento, que deverá apontar os primeiros deputados sujeitos à cassação de mandato, pode ser cancelado por causa da disputa entre os partidos para a proteção de seus integrantes. Previsto para ser entregue no dia 16, o relatório é atacado pelo PMDB, pelo PPR e por parlamentares que consideram a sua divulgação um jogo de privilégios. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), admite que há um impasse. "Ou a gente investiga a sério ou de mentirinha".

**Ou a gente investiga a sério ou de mentirinha. A CPI das empreiteiras só pode ser reação à CPI do Orçamento.**

(Do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães)

Entre os parlamentares contrários ao relatório parcial está o deputado José Genoíno (PT-SP), que argumenta que a divulgação deste documento vai representar uma discriminação contra os que já foram ouvidos, pois outros suspeitos, como o ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), vão continuar de fora. O relatório parcial permitirá à Câmara, ao Senado e ao Ministério Público a abertura do processo de cassação e de bloqueio dos bens, e por isso é defendido pelo presidente da CPI, Jairzinho Passarinho (PPR-PA).

"O dia de hoje (ontem) foi o mais difícil da CPI", disse Magalhães. Segundo ele, o movimento nos bastidores é muito grande, pois além da tentativa de se impedir o relatório parcial, há pressões sobre o relator e as subcomissões para que não se convoque certos parlamentares e ocorreu, ainda, a

criação da CPI das Empreiteiras. "Ao mesmo tempo que estamos investigando as empreiteiras, crie-se uma CPI para isto", afirmou Magalhães. "Só pode ser reação contrária à CPI do Orçamento".

Mesmo diante de tantas dificuldades, Magalhães entende que a CPI poderá tirar uma lição para o futuro. "Isto serve de lição, pois a auto-investigação é muito difícil".

**Ou a gente investiga a sério ou de mentirinha. A CPI das empreiteiras só pode ser reação à CPI do Orçamento.**

(Do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães)

Houve dois processos de cassação de parlamentares, pelo próprio Legislativo, nos últimos 46 anos. O primeiro em 1947, quando o deputado Barreto Pinto foi fotografado de cuecas, e o segundo em 1991, do deputado Jubes Rabelo (RO), acusado de tráfico de drogas. "Agora, não estamos examinando casos isolados, mas denúncias contra um coletivo", afirmou o relator.

Até ser procurado por cinco parlamentares do próprio PFL, Magalhães nunca havia recebido pressões contra as convocações. "Se eu fui procurado por cinco companheiros de partido, imagine a pressão sobre as subcomissões". Um dos motivos das pressões é caso do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), que apesar de ter um movimento mensal de US\$ 16,3 mil, US\$ 13 mil a mais que seu salário de deputado, ainda não foi relacionado pela subcomissão de bancos para ser ouvido.



Passarinho negocia com os deputados Moroni Torgan e José Genoíno em sessão da CPI

538

André Dusek/AE